



## DEPUTADO ÚNICO

Projeto de Lei n.º 61/ XIV / 2.<sup>a</sup>  
APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2021

### PROPOSTA DE ADITAMENTO

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Deputado único representante da Iniciativa Liberal apresenta a seguinte proposta de aditamento à Proposta de Lei n.º 61/XIV/2.º – Orçamento de Estado para 2021:

#### Título I

#### Disposições gerais

#### Capítulo IX

#### Outras disposições

#### Artigo 180.º - A (NOVO)

#### Implementação das Unidades de Saúde Familiar modelo C

Em 2021, o Governo implementa Unidades de Saúde Familiar modelo C, possibilitando a prestação de mais cuidados de saúde e permitindo que seja atribuído médico de família a mais portugueses.

Nota justificativa: As Unidades de Saúde Familiar (USF) modelo C são o último grau do modelo de delegação da prestação de cuidados de saúde primários, permitindo uma maior autonomia organizacional, diferenciação do modelo retributivo e de incentivos aos profissionais de saúde. Significa isto que as entidades ficam dotadas da autonomia que lhes permite trazer as melhores práticas da gestão para a afetação e organização dos recursos.

Este modelo pressupõe a celebração de um contrato-programa, à imagem do que é feito com os hospitais EPE, com equipas do sector público ou do sector privado, cooperativo ou social. A estrutura recebe então a dotação financeira para gerir da forma mais eficiente, e com elevados padrões de qualidade, os recursos de que dispõe.

A disseminação deste modelo é revestida de especial importância num momento em que mais de 700 mil portugueses ainda não dispõem de médico de família e em que a pandemia da COVID-19 coloca uma pressão adicional sobre o sistema de saúde. O reforço dos cuidados de saúde primários através das USF modelo C poderá ser uma forma rápida e eficiente de incorporar capacidade instalada existente na rede de prestação pública de cuidados de saúde. Ademais, diversos estudos indicam que as USF são o modelo organizativo que gera maior satisfação entre os utentes e profissionais de saúde, promove mais ganhos em saúde e revela maior eficiência a longo prazo, pelo que esta necessidade está alinhada com os interesses e preferências dos pacientes.

Palácio de São Bento, 29 de outubro de 2020

O Deputado  
João Cotrim Figueiredo